



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 02 DE OUTUBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Boa noite a todos.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 25ª audiência pública do ano de 2013.

Convido, para compor a Mesa, os nobres Vereadores: Paulo Frange, vice-presidente da Comissão de Política Urbana; Nabil Bonduki, que fará a apresentação e comentará o substitutivo; e os Srs.: Weber Sutti, chefe de gabinete da SMDU; Gustavo Partezani Rodrigues, diretor de desenvolvimento da SP Urbanismo; Luis Cláudio Messa Longo, assessor de relações institucionais da SMDU.

Esta Presidência, de ofício, suspenderá a sessão por cinco minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Andrea Matarazzo.

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) - Queria convidar o Subprefeito da Lapa, o Ricardo Pradas, para sentar-se à mesa, assim como o Claudio Prado e o Vereador Marco Aurélio Cunha.

Vamos iniciar a audiência pública, pois recebemos o substitutivo do Executivo hoje, no final da tarde, o Sr. Gustavo Partezani vai falar a respeito. De nossa parte, cancelamos a audiência pública de amanhã, que ficará para a próxima segunda-feira, de modo que possamos ler e publicar o substitutivo, para que todas as pessoas presentes possam ter acesso às informações ou modificações que o Executivo por ventura tenha feito no substitutivo da Operação Urbana Água Branca.

Queria saber se alguns dos Srs. Vereadores têm algo a dizer, por enquanto. Quero convidar o Vereador José Police Neto para se sentar à mesa, integrante da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Importante deixar claro que a audiência pública de amanhã foi transferida para a

segunda-feira no mesmo horário e local, em função de termos recebido o substitutivo agora, precisamos de tempo para analisar e para que as pessoas que estão no Salão Nobre, 8º andar, nos acompanhando pela TV, tenham acesso às novas informações do substitutivo modificado pelo Executivo sobre a Operação Urbana Água Branca.

Passo a palavra ao Sr. Gustavo Partezani e a presidência ao Vereador Paulo Frange, vice-presidente da Comissão, porque terei de ausentar-me dentro de alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Presidente. Com a palavra o Sr. Gustavo Partezani.

O SR. GUSTAVO PARTEZANI - Boa noite Vereador Paulo Frange, cumprimento a mesa em seu nome, boa noite a todos do plenário do 8º andar, vimos aqui hoje para apresentar algumas questões que nos foram colocadas na última semana e vamos dividir esta apresentação em dois momentos.

No primeiro momento falaremos das questões relativamente recentes da Operação e, no segundo, apresentaremos um apanhado que preparamos daquilo que existe da legislação atual, da Lei da Operação Urbana vigente, à vista de obras. São 13 itens e vamos apresentar como isso está contemplado na proposta do PL 505.

Para fazer isso vou passar a primeira parte ao meu colega Weber Sutti, chefe de gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que fará a apresentação. No segundo momento, voltarei para falar sobre as obras e como isso está incorporado dentro do PL.

O SR. WEBER SUTTI – Boa noite a todos, cumprimento a mesa na pessoa do Presidente da Comissão, Vereador Andrea Matarazzo e do Vereador Paulo Frange, que preside a sessão e quero colocar para vocês que o projeto de lei está no Legislativo.

Nessa última semana uma série de propostas foi sendo apresentada para modificação no projeto de lei. Num bom diálogo que mantivemos durante essa tramitação, o Executivo está acompanhando a discussão. Vou apresentar um pouco da visão do Executivo, em relação a essas propostas de vocês que estão sendo trazidas à discussão.

O que vejo como salutar nesse processo é que em nenhum momento tenta-se aprovar uma lei que não tenha sido apresentada. Podemos concordar ou discordar das modificações propostas e esse debate está sendo feito de maneira franca com todos. Isso é, pelo menos, uma diferença de outros tempos, quando as leis eram aprovadas com mudanças de última hora.

Em relação às mudanças discutidas na última semana, há duas questões que foram tratadas no projeto de lei anterior calcadas no projeto urbanístico da Operação Água Branca. Elas tratavam da questão do gabarito e do subsolo, que estão sendo agora modificadas com o cuidado de tentarmos garantir a integralidade do projeto urbanístico previsto na Operação Urbana.

Do ponto de vista do gabarito, tínhamos dois tipos, a saber: ilimitado, que seria nas faixas de adensamento, que no começo eram os corredores; e outro medindo 42 metros, nos miolos. A proposta apresentada e que está em discussão nesta Casa é manter o gabarito ilimitado nos corredores, mas possibilitar gabarito de até 80 metros nos miolos. Essa proposta está em discussão e a argumentação de quem a defende é que se assim não for feito estaremos vendendo uma operação urbana em que se diz que pode construir no CA-4, mas não garante que o CA-4 seja alcançado, pois para ser alcançado num gabarito de 42 metros, não teria como ter a volumetria dos edifícios. Do ponto de vista que o Executivo está tratando, isso não aumenta o adensamento da região, não compromete a licença ambiental. Não se está aumentando o potencial construtivo da área, mas simplesmente permitindo que as volumetrias geradas sejam diversas. Ambas as propostas têm aspecto positivo e negativo. Com um gabarito menor você força um sobressolo mais compacto, ou seja, força que se construa primeiro, segundo e terceiro pavimento ocupando quase totalmente o lote, e uma volumetria distribuída de modo mais robusto no lote. Se o gabarito for maior, diminui-se a pressão para ter o sobressolo. Então, na escala do pedestre conseguiria ter a visada de paisagem, mas, ao mesmo tempo, há uma verticalização - e não adensamento - maior. Isso é que está em

discussão.

Na questão do subsolo, a grande preocupação está relacionada com os lençóis freáticos. São Paulo sofreu e ainda sofre com a questão do bombeamento de água nos prédios construídos, e isso tira o lençol freático, faz com que as casas – quando a água sai – desçam porque a terra desce. As casas trincam, racham, têm uma série de problemas estruturais. Essa é uma conta que ninguém paga, cada um tem de assumir um prejuízo gerado a partir de construções feitas por outros.

A proposta apresentada é que somente a sul da Rua Marques de São Vicente – quando o Gustavo mostrar o mapa nós delimitaremos – seja permitido até dois subsolos, vedado qualquer bombeamento em qualquer tempo de lençol freático. Teríamos de usar a tecnologia de parede-diafragma, que na época da verticalização de São Paulo não era usada, para preservar qualquer impacto que possa ter no lençol freático. E a norte da Marques não seria permitido mais de um subsolo porque lá o solo é meândrico, é onde o rio passava, é um solo muito sensível. Como tudo, há o lado bom e o ruim na proposta apresentada, mas eu acho que essa proposta visa à preservação do principal interesse, que era não permitir o comprometimento dos lençóis freáticos e possíveis danos ambientais.

Em relação às passagens de integração, que ligariam os perímetros da operação urbana com o outro lado do rio, mantivemos a proposta original de que sejam passagens que não entronquem com a Marginal Tietê. Porém, a proposta apresentada e que está em discussão é que seja permitido, e não mais como um subterfúgio da leitura da lei, porque já era permitido, mas de maneira mais clara, o transporte coletivo. Há uma preocupação de se permitir a integração com o transporte coletivo nas passagens entre o perímetro da operação urbana e o perímetro expandido, do outro lado do rio. Mas se mantém a lógica de não entroncar com a Marginal, pois traria para dentro dos bairros – tanto ao norte quanto ao sul – grande fluxo da Marginal Tietê.

A última mudança apresentada é a ponte. Foi apresentada, a semana passada,

proposta de incorporar a operação urbana ponte que faça a interligação entre a Raimundo Pereira Magalhães e o eixo Leste-Oeste da cidade, que é: Ermano Marchetti, Marques de São Vicente e o Minhocão. Qual a justificativa? De nada vale qualificar um território da cidade se ele não é acessível à população. Considerando que essa possibilidade daria à Operação Urbana conectividade com o território da cidade, a proposta está sendo trabalhada no substitutivo para ser incorporada não como impacto na área da operação urbana, mas com a possibilidade de execução no perímetro expandido. Vamos lembrar a lei da operação urbana para quem não a conhece.

Essa Operação Urbana tem dois perímetros. Um deles permite verticalização, possibilita às pessoas que comprem potencial construtivo podem construir, verticalizar; no outro em que só são permitidas obras de drenagem e de habitação de interesse social. A inclusão da ponte seria frente à possibilidade do perímetro expandido. Então, além das obras de drenagem e de habitação de interesse social possa ser viabilizada a interligação do fluxo a noroeste da cidade com o eixo Leste-Oeste, de dentro da operação.

Há também uma mudança – eu não sei como ficou o texto final – quanto à questão de diminuir, frente à inclusão de outras obras o percentual de recurso para habitação. A discussão estava em que de 25 passasse para 20, considerando que houve aumento de Cepac, mas se manteria o compromisso quanto à produção de unidades estabelecidas. Não haveria qualquer mudança em relação ao atendimento. Estamos considerando nessa conta é que com as mudanças haverá possibilidade de uma maior arrecadação da operação Urbana.

São essas as mudanças apresentadas, trago-as com a maior tranquilidade e franqueza a todos. Com o texto publicado pela Câmara Municipal de São Paulo, acho que vai propiciar total conhecimento. E o Executivo, como sempre, apesar de não estar na coordenação do processo, virá ao debate sempre que for convidado, para que possamos aprovar somente após os debates necessários.

Passo a palavra ao arquiteto Gustavo Partezani, Diretor de Desenvolvimento da

São Paulo Urbanismo para que possa falar sobre demanda advinda da última reunião, quanto ao Ministério Público questionar as obras previstas inicialmente na lei que não teriam sido contempladas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Antes de continuar, esclareça para mim, eu não entendi até porque não sou da área, quando eu mudo o gabarito, você diz que não há interferência no EIA-RIMA anterior? Não estamos transgredindo nada?

O SR. WEBER SUTTI – Você não está adensando a região mais do que o inicialmente previsto construtivamente. Eu não vou poder construir mais metros quadrados do que antes, o que muda é a tipologia. Qual o problema que há na região? Pelo estudo urbanístico feito na gestão anterior e apresentado a Câmara Municipal, em 2012, ele considerava lotes que tivessem a possibilidade de construção de edifícios em penas. A estrutura fundiária real e existente na operação urbana são lotes com grande profundidade e pouca largura. Se for construir em penas teria de ser transversal às vias, o que não é um modelo que se entende factível à região nem para a cidade de São Paulo, não é a nossa cultura construtiva. Essa mudança dialoga com essa demanda.

Apenas, para complementar, gostaria que o Gustavo pudesse apresentar as obras para fazermos então a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Pela ordem, Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, eu vou interromper e pedir um breve esclarecimento. Hoje debatemos o projeto em plenário e só não avançamos ainda mais porque o Executivo não tinha apresentado o substitutivo. Ficamos esperando o Líder do Governo, Vereador Tatto, trazê-lo. Mas acho que tem algo que tem de ser esclarecido para quem está aqui.

O nosso Chefe de Gabinete da Secretaria – e falo “nosso” porque é da nossa cidade -, falou que o Executivo não está no comando. Desculpe-me, mas se não está no comando, está sem comando porque não é a Câmara Municipal de São Paulo que está no

comando. Essa questão tem de ficar clara a todos que estão aqui porque as inovações, as alterações surgidas no texto estão sendo incorporadas pelo Executivo, não pela Câmara. O documento que chegou, meia-hora atrás, nenhum de nós teve acesso, leu. O senhor falou, há pouco, que não sabe tudo que lá está. Tudo bem, mas todos têm de saber que o comando do processo é e foi do Executivo, até agora. Caso contrário, invertemos o papel. Ficamos esperando, fiquei na tribuna meia-hora falando, perguntando ao Líder do Governo, já tem substitutivo? Já tem o substitutivo? Foram reiteradas vezes! Não dá para: é uma coisa, mas é outra. Não! O Executivo está no comando desse processo! Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Vereador Nabil.

O SR. NABIL BONDUKI – Não, eu acho que nós temos... Não é exatamente assim, como o Police falou, no total do processo. Diria que o processo teve na Comissão de Política Urbana, durante todo o processo, houve o debate. Esse processo acabou gerando uma proposta, que foi elaborada pelas nossas assessorias e por nós, Vereadores. Nós produzimos – os Vereadores – um substitutivo. É importante que fique claro porque as coisas andam e às vezes se perdem no caminho. Tínhamos um projeto original, o qual foi apresentado, foi alterado. Ao longo dos meses tivemos excelente interlocução com a Secretaria, e ela esteve presente em várias das reuniões, e várias questões foram discutidas, acertadas. Chegou-se a um substitutivo que foi apresentado na última reunião. De certa forma, a Câmara conduziu o processo. Claro, num processo permanente de discussão com o Executivo.

Hoje, o que estamos discutindo é que, após esse processo, a Liderança do Governo – portanto, o Vereador Arselino Tatto – protocolou uma versão com algumas modificações, que foram introduzidas e que foram apresentadas pelo Weber Sutti, Chefe de Gabinete. Houve algumas modificações em um projeto que havia sido elaborada em conjunto com a Câmara, e a Câmara continua no comando do processo no sentido de que vai aprovar esse texto ou com alguma emenda que venha a ser discutida a partir de hoje. Estamos tomando conhecimento do substitutivo, que têm algumas alterações já expostas pelo Governo;

e o processo continua na Câmara. Não é que está sob a condução do Executivo. Evidentemente, o substitutivo foi apresentado pela Liderança do Governo.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Vereador Nabil, em nenhuma das audiências que realizamos, eu não escutei ninguém demandar de um gabarito de 42 para 80. Ninguém! Portanto, não foi num processo comandado pela Câmara que isso nasceu. Alguém está no comando e não são os Vereadores. Em momento algum, os nossos debates nos levaram a dois pavimentos de subsolo. Portanto, não foi aqui que isso nasceu. Se nós estamos no comando, só nasce no substitutivo daquilo que é debatido pelos Vereadores com a sociedade. Então, não dá para dizer que nós estamos, que nós não estamos, que nós estamos... Não estamos! Não vou concordar contigo, desculpe-me, Nabil. Fizemos um trabalho muito bonito, importante, mas o comando não é nosso. Podemos até concordar com as alterações, não é essa a questão. Temos de ser lúcidos, transparentes e real com todos. Caso contrário, vão dizer que nós não fomos verdadeiros. Foi apresentado em uma única ocasião pela AsBEA um coeficiente 4 que não conseguia ser cumprido.

Portanto, Chefe de Gabinete, o nosso Chefe de Gabinete, um dos melhores profissionais que vem ajudando esta Casa quanto à compreensão, adensamento maior do que o previsto originariamente porque os cálculos que eram feitos não atingiam o coeficiente quatro e todos nós sabíamos, inclusive quem estava na aprovação.

Então, tem alteração sim. A gente pode encontrar recursos no processo que apontem que isso cabe. Agora, precisamos continuar sendo transparentes e verdadeiros para chegarmos a algum lugar. Nós queremos ajudar, por isso participamos de todas as audiências. Nós queremos que o final disso tenha na população a confiança daquilo que os seus Vereadores votaram. Para isso o processo tem de ter verdade. Este momento final de fechamento do texto, os Vereadores não comandaram este processo.

Eu não sei, Vereador Nabil, de onde veio a demanda de 42 para 80. V.Exa. sabe? V.Exa. sabe quem pediu?

O SR. NABIL BONDUKI – Essa reivindicação vem sendo colocada nas audiências públicas, recorrentemente, pela Asbea, ele também estava no documento...

- Falas sobrepostas.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – O gabarito de 80. Eles escreveram 80 no gabarito?

O SR. NABIL BONDUKI – Não.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Então é essa a questão.

O SR. NABIL BONDUKI – Não. O gabarito era insuficiente.

Isso apareceu no debate e agora aparece no substitutivo apresentado pela liderança de governo e, querendo ou não, faz parte desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Sem dúvida. A discussão dos 80, em nenhum momento, foi colocada. O que foi colocada pela Asbea, aliás foi colocada muito bem, é de que com o gabarito de 42 não se chegava ao coeficiente quatro.

Só para deixar bem claro essa situação de conflito. A outra situação que será apresentada agora que é a discussão que envolve a mudança da área expandida e da ponte foi uma manifestação de 300 pessoas que foram ao Executivo, sentaram com o Prefeito e, em uma fala foram apresentadas todas as situações que envolviam um novo momento do debate que era a expansão de Pirituba com uma ponte construída por Cepac. Até porque faz parte do plano de governo.

Esse é um assunto que vamos conhecer agora, mas esse nós sabemos a origem, foi uma discussão que foi levada ao Prefeito.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Vocês podem notar que eu não falei da ponte. Falei de outras coisas.

Embora também a ponte não tenha aparecido em nenhum dos debates, mas apareceu no diálogo com o Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok. Vamos ouvir o Gustavo para fazer a apresentação.

O SR. GUSTAVO - Atendendo a demanda discutida em várias audiências, inclusive com a presença do Promotor do Ministério Público preparamos um esclarecimento sobre o artigo 8, do Projeto, que reza sobre a questão da utilização dos recursos da operação vigente, no quadro 1, do programa de obras, da Lei 11.774/95, e como ela está incorporada pelo PL 505.

- Orador passa a referir-se às imagens em tela de projeção.

O SR. GUSTAVO - O cenário que está colocado aqui é o mapa da região da Operação Água Branca, que vai da Marginal Tietê até a Francisco Matarazzo e arredores, entre a Avenida Santa Marina e a Avenida Antártica lá do outro lado.

Este é o cenário existente hoje e temos a proposta do Plano de Melhoramentos Viários. É com esta face que o bairro da Água Branca vai se transformar com o empreendimento dos melhoramentos viários, espaços públicos, equipamentos e habitação social e o desenvolvimento urbano do território.

Temos pontuados, neste quadro, 13 círculos que são 13 obras da Operação Urbana Água Branca, da Lei 11.774, que está vigente. O artigo 8 reza sobre as prioridades de encaminhamento com os recursos existentes, que hoje somam 360 milhões e mais alguns milhões que vão entrar por causa da aprovação de empreendimentos, nos últimos três meses, e devemos chegar ao montante de mais ou menos 500 milhões de reais que deveriam ser empregados em 13 obras prioritárias. Lembro que, desde dezembro de 2011, é que a Operação conseguiu arrecadar recursos suficientes para fazer as melhorias.

Cada bolinha tem um número de 1 a 13. O que está em azul já foi executado ao longo da Operação. O que está em amarelo está em execução e em vermelho ainda não foi

executado, mas que está incorporado integralmente no PL 505, no Plano de Melhoramentos Viários. Com isso a gente sana qualquer dúvida e deixa claro, territorializa a questão desse quadro do artigo 8, que reza pelas prioridades.

A primeira questão, ligação viária entre a Avenida Francisco Matarazzo e Rua Tagipuru, com 30 metros de largura, segundo o parágrafo 1, do Quadro de Programa de Obras. A previsão da Operação são três ligações nesse sentido e não apenas um. São três vias que vão ligar a Avenida Francisco Matarazzo com a Rua Tagipuru, em vermelho.

O segundo é a Extensão da Avenida Gustav Willi Borghoff do Terminal Barra Funda até a Avenida Santa Marina, com 20 metros de largura e 870 metros de extensão. Foi executado 600 metros dessa avenida com 26 metros de largura e que fazia parte das obrigações do empreendimento Jardim das Perdizes. Faltam agora 270 metros que está incorporado ao Quadro de Obras do PL 505.

III - Extensão da Avenida José Nelo Lorenzon a sul, entre a Avenida Marquês de São Vicente e a via descrita no item anterior, Avenida Gustav Willi Borghoff, com 20 metros de largura e 900 metros de extensão. Isso também está incorporado no melhoramento viário original do PL 505, garantindo a execução deste item.

IV – Extensão da Rua Mário de Andrade até a Rua Carijós, com 18 metros de largura e 2 mil metros de extensão. A Rua Mário de Andrade mudou de nome neste trecho e chama Auro Soares de Moura Andrade e está executada desde o Terminal Barra Funda até a Casa das Caldeiras. Já foi dado pela São Paulo Urbanismo junto com a São Paulo Obras o início dos projetos de execução do segundo trecho, que ligará a Casa das Caldeiras até a Rua do Curtume, conforme vemos no mapa.

Então a obra número quatro é o prolongamento dessa avenida que vai ter um mergulho sobre a via férrea para conectar a Avenida Santa Marina do outro lado. Então, vai fornecer acesso da zona Oeste para o outro lado ao norte da linha do trem, conforme previsto no item V, passagem em desnível na Avenida Santa Marina, com 300 metros de extensão sob

as linhas ferroviárias.

VI - Construção de Ponte sobre o Rio Tietê – é a Ponte Julio de Mesquita foi feita em 96. Está lá executada.

VII - Pavimentação e infra - estrutura da Avenida José de Nelo Lorenzon, com 26 metros de largura e 870 metros de extensão. É incorporada ao Parque Linear do Córrego Água Branca, que está incorporado ao PL 505.

VIII - Pavimentação e infraestrutura da Rua Quirino dos Santos, que deixa de ser uma rua e passa a ser também um Parque Linear. E a pavimentação da avenida com a colocação de um Parque Linear no Jardim de Chuva, melhorando a drenagem da região.

Parte dos terrenos dessa via já estão sendo separados na aprovação dos empreendimentos pela Câmara Técnica e Legislação Urbanística da Prefeitura que já está apartando e recebendo esses terrenos com melhoramento.

IX - Reparcimento e arruamento das Quadras 110 e 122 e da Quadra 34, fazendo-se respeitar reserva de 20% da área bruta para sistema viário e 20% para áreas verdes. 110 e 122 é a localização de onde está sendo feita a Fábrica do Sonhos, um empreendimento da São Paulo Turismo, que vai colaborar e servir de infraestrutura de apoio para as atividades das escolas de samba durante o carnaval.

A outra quadra é o Jardim das Perdizes, que já foi executado e como contrapartida foi feito o sistema viário, o parque e a área institucional apartada para o Poder Executivo poder construir os equipamentos como a creche e o posto de saúde.

X - Alargamento de passeios públicos da Avenida Tomás Edson, que já foi executado.

XI - Elaboração de diagnóstico atualizado e implementação de um programa de revisão dos sistemas de micro e macro drenagem. Isso já foi realizado e está em obra o plano de drenagem da Água Branca com a execução das obras do córrego da Água Preta e do Sumaré.

“XII- Desenvolvimento do projeto, construção e financiamento de no máximo 630 unidades habitacionais de interesse social para a população favelada residente no interior do perímetro da Operação Urbana.” Estão previstos, no terreno da CET, com reparcelamento já colocado.

Por fim, um pouco repetitivo em relação ao IX: “XIII- Desenvolvimento do projeto, construção e financiamento de um edifício na Quadra 122 do Setor 019, para uso de entidades municipais da administração direta e indireta, em terreno de propriedade municipal”. Como eu disse, a SP Turismo, que é uma empresa municipal da Administração Indireta engendrou um empreendimento nesse território chamado Fábrica dos Sonhos, em obras, a qual visa a ser apoio às atividades do Carnaval.

Esses são os 13 pontos da lei existente, os quais estão apontados no mapa que deixarei à disposição da Câmara Municipal e se referem ao artigo 8º, que dispõe sobre quatro programas importantes. O primeiro seria de drenagem, já em obras. O segundo, de reforma e requalificação do Conjunto Habitacional da Água Branca, que está em discussão. O terceiro, as 630 unidades, que estão mapeadas nesta proposta. O quarto, o prolongamento da Áureo, cujo projeto executivo já foi iniciado. Nesse sentido, os recursos advindos da Operação Água Branca da lei atual, na casa de 500 milhões, são suficientes para a execução dessas cinco prioridades elencadas no artigo 8º.

Das outras oito prioridades, temos algumas prontas. As que não estão prontas estão completamente absorvidas pelo PL 505/2012.

Assim, esperamos ter sanado as dúvidas sobre qual era o quadro de obras, e se elas iriam ser feitas ou não, isso pautado pelo Promotor de Justiça, que colocou esse questionamento para nós na última audiência pública, inclusive por escrito, que estamos respondendo junto com esse mapa, que mostra de fato que todos os empreendimentos estão contemplados.

Ficamos à disposição para debater sobre as obras, seus prazos e recursos, e

como, após a aprovação da Operação Urbana, estaremos engendrando esses projetos. Obrigado, Vereador Paulo Frange, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Passo a palavra neste momento aos Vereadores para suas perguntas. Primeiro, há uma dúvida sobre os 20% abordados pelo Weber mencionou, de construção de habitações de interesse social. Minha pergunta é a seguinte: as 630 habitações que estavam garantidas na lei anterior estão dentro dos 20% ou fora deles?

R - Estão fora dos 20%. São mais 630 unidades com os recursos que teríamos hoje.

P – A Áureo Soares, então, irá extrapolar a lei? Ela sai da lei antiga, da Santa Marina... Ela não para na Santa Marina mais, ela vai até a Rua Constança?

R - Até a Constança. Ela, anteriormente, ia até a Rua Carijós. A Carijós é uma rua enviesada da Guaicurus. Então, tecnicamente, ela não pode ir até a Carijos, porque não dá embocadura para ela poder se conectar ao sistema viário existente.

P - Então ela fica de fora da operação?

R - Não, fica só um pouquinho. Na verdade, ela vai até a...

P - É aquela vermelha, que sai à esquerda.

R - A Rua Carijós já é quase que fora da operação.

P - É aquela inclinada. (Pausa) Certo. Vamos estar fazendo uma obra do artigo 8º, portanto com dinheiro do fundo, com a operação anterior, fora do perímetro da operação. A pergunta é: não teria, da Carijós para frente, ser com recurso do Cepac e não do fundo?

R - Era uma obra prevista pela lei vigente.

P - Mas ela tinha um limite.

R – Tinha um limite. Só que, tecnicamente, para executar uma obra segundo o texto dessa lei a gente tem duas providências: a gente pode executar a boa técnica e ligar ela ao sistema viário existente, que seria a proposta colocada, ou a gente pode simplesmente

cumprir o que está descrito aqui. O que nós imaginamos? Que ela pode, de fato, usar a boa técnica. Os recursos mais importantes para essa obra são de fato a transferência junto à Estação Água Branca do metrô e a passagem em desnível sob a linha ferroviária. Essa extensão, como não envolve desapropriação, é só um melhoramento, é possível de entrar e colocar. O que podemos pensar e debater, Vereador, se assim couber, é que a gente pode de fato para a obra na Rua Carijós e tentar dispor de outros recursos que não esse para sua complementação. Mas é uma questão para o debate. A boa técnica reza que...

vai debater, nobre Vereador, se assim couber. Podemos, de fato, parar a obra na Rua Carijós e tentar dispor de outros recursos que não esses, para a sua complementação. Essa é uma questão para o debate. A boa técnica reza que ela, para funcionar e para se fazer jus ao investimento público colocado, deve ir até onde está proposto.

O SR. PAULO FRANGE – A dúvida, Sr. Gustavo, é a seguinte: Não vão construir quatro vezes nessa rua, no trecho que vai da Carijós para frente. Vou colocar o porquê disso. Na lei anterior, algum iluminado conseguiu criar a figura de lote fora da operação, que ganhou o direito de construir o que não era dele. As construções estão lá, e não são poucas. Por exceção, tiram todas. Isso significa que há ruas que isso pode, ou seja, fora da operação urbana, existe construção quatro vezes fora do perímetro. Isso ocorre ao lado da minha casa. Não dá para não falar não, porque eu tiro foto da janela. Há dois... Aprovaram mais ainda aí.

Faço uma pergunta: “Na Auro Soares, da Rua Carijós para frente, não há o direito de construção de quatro vezes.

O SR. GUSTAVO – Do limite da operação...

P – Nem direito adquirido.

R – É limite para dentro, limite para fora, de forma alguma, em hipótese alguma. O que está sendo feito aí é o melhoramento viário adequado, com o recurso apartado da lei vigente, para que, de fato, o melhoramento tanto para o bairro da Pompeia, quanto para o bairro da Água Branca, possa fluir o tráfego e melhorar as conexões, inclusive do transporte

público. Com isso, conseguimos implantar depois, no plano de metas, já o corredor da Rua Guaicurus. Falo do corredor efetivo, dividindo o tráfego.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PAULO FRANGE – Aprovada a situação do Plano Diretor, que vamos aprovar aqui, o que estiver a 150 metros à esquerda e à direita da linha do trem, poderá ser verticalizado quatro vezes. Então, na verdade, ela acaba estando... Eu não sei se dá 150 metros, mas ela acaba ganhando o direito de quatro. Se for o pessoal dessa rua aí, quem tem terreno ficou rico de ontem para hoje. Vão ganhar o direito de construir quatro vezes, a partir do momento em que for aprovado o Plano Diretor. É uma operação urbana de presente.

O SR. WEBER SUTTI – Se o Plano Diretor for aprovado da forma como encaminhamos, com ruas ou sem ruas, essas quadras terão direito, toda a área da Cidade, que faz parte dos eixos de estruturação, mediante outorga onerosa, de fazer o que chamamos de racionalização da infraestrutura existente, independente da via. Essa via justifica-se por uma condição hoje já existente na região. Vamos nos lembrar que essa via estava prevista no plano urbanístico de 2012, e a discussão do Plano Diretor desenvolveu-se nesse ano. Não vamos fazer conexões que não necessariamente estão na sua origem.

P – Sem dúvida. Não estou dizendo que é com o senhor, Weber. Ocorre que, na vida pública, depois do quinto mandato, descobri que coincidência não existe; e jabuti, quando está em árvore, tem RG e CPF, porque alguém o colocou lá em cima. Quando eu vi essa rua, até agora, não me convenci de que ela não está aí por acaso. Eu não estou dizendo que os senhores têm culpa. Alguma coisa aconteceu para essa rua estar esticada desses tamanho. É uma beleza. É muito bom para a região, mas nos inquieta demais, até em saber que ela está dentro do eixo que pode ser contemplado.

R – Para V.Exa. ter ideia, no plano de melhoramentos da rede ferroviária da CPTM,

a Estação Água Branca passa a ser um ramo importante da cidade, porque é onde já está a linha da Água Branca. A estação vai contemplar ambas as linhas, a que vai para Pirituba e a que vai para a Vila Leopoldina. Essa é a estação onde vai receber a futura linha 6 do metrô; e ela tem um plano de receber a linha 9, que está na Marginal Pinheiros. Em vez de para usar as que voltarem, será desviada; vai continuar a linha de Osasco. É claro, mas será desviada na Vila Leopoldina, para se ir direto ao centro. Então, essa estação Água Branca passa a ser um ponto nodal, e, no plano da CPTM, já bastante antigo, está contemplada uma série de melhoramentos viários, porque, é claro, uma estação tão importante não conta com nenhuma conexão. A única conexão é aquela porteira da Água Branca, que havia até outro dia, e, do lado da Guaicurus, não há conexão, há um muro. Então, a própria estação já vai reformar isso, e isso está previsto na operação. Nesse sentido, estamos incorporando a proposta feita em 2012 pela São Paulo Obras, que é funcional. O básico já foi contratado e agora temos os recursos para levar isso adiante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o nobre Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Fundamentalmente, quero falar sobre o processo. Acredito que nós – e quero concordar com o Weber – estamos avançando muito nos procedimentos. O substitutivo chegou hoje, o debate não foi encerrado em plenário e faremos uma audiência pública ainda hoje. O substitutivo será publicado e haverá outra audiência pública na segunda-feira.

Uma questão importante nesse processo é que, concordando ou não com o texto, está sendo dada a ele a devida transparência. Isso é extremamente importante para que não haja votação de nada que ninguém não conheça. Exceto – e aí vamos falar um português claro para quem não conhece tramitação – que poderá haver emendas na terça-feira a esse substitutivo. Inclusive emendas que podem ser decorrentes desse processo de discussão e de uma análise criteriosa do projeto de lei. Existe, portanto, um texto apresentado que difere de

outras práticas que têm se visto no Legislativo: substitutivos chegando cinco minutos antes de serem votados.

Então, temos aí um espaço que considero importante para que se possa debater essa proposta que está vindo.

Outra coisa que acho importante é a questão dos recursos para habitação. Já que estamos vendo aqui um grupo grande de pessoas dos movimentos de moradia, inclusive moradores da comunidade da Água Branca, acho importante esclarecer esse processo de discussão de recursos voltados à habitação. Há duas situações: moradores no interior do perímetro, na comunidade da Água Branca, e outros movimentos e outra demanda de habitação que está fora do perímetro.

Em relação ao projeto original, está assegurado que, com os recursos já obtidos, se mantenham o atendimento da população do perímetro. Então, isso ficou claramente assegurado e segregado numa conta as 630 unidades e a recuperação dos conjuntos da comunidade.

Em relação aos recursos que serão obtidos por meio da Operação nova, da venda de Cepacs, o projeto original falava de, no mínimo, 15% dos recursos, que não estavam segregados numa conta. Ao longo desse processo todo, tivemos algumas propostas. Uma que inicialmente foi apresentada por mim, pelo nobre Vereador Paulo Frange e pelo nobre Vereador José Police Neto, com o apoio do nobre Vereador Andrea Matarazzo, de aproximadamente 30%, ou seja, para se elevar de 15% para 30%, destinando-se pelo menos 1/3 desses recursos, ou 35%, para a aquisição de terras. Posteriormente, o Governo avaliou que não havia condições de se chegar a 30% sob o risco de não se cumprir todas as obras previstas e se acordou 25%, proposta apresentada na última audiência pública, recursos que seriam segregados numa conta específica.

Era nessa situação em que estávamos até o dia de hoje, até esse substitutivo ser apresentado pelo Líder do Governo.

O substitutivo então, apresenta uma redução: nem os 15% originais nem os 25%. Ficou no meio: 20% dos recursos segregados numa conta. Para quê? Para aquisição de terra, produção de moradia e urbanização das 18 comunidades da zona Norte. Estamos com essa situação que é o que está no substitutivo. Não é o substitutivo que tínhamos apresentado, mas também não é o projeto. Acredito que isso precisa ficar bem esclarecido e eventualmente pode ser objeto de discussão.

Segunda questão, creio que seja importante, estou comentando as modificações, a inclusão da Ponte de Pirituba. Significa um custo adicional, talvez por volta de 200 milhões, não sei se esse custo é real ou não, introduzindo uma obra no perímetro expandido que não estava previsto originalmente e que foi introduzido agora, embora prevista no Plano de Metas do Governo. A terceira modificação já foi feita aqui a referência, não tínhamos previsto a mudança de gabarito e ampliação do subsolo ao substitutivo. Esse substitutivo propõe elevar o gabarito no miolo, porque nos eixos já estava, quem também, não tinha conhecimento. O que se propunha era, um gabarito determinado nos eixos, que são esses eixos vermelhos de Norte a Sul que aparecem nessas imagens. E no miolo, o coeficiente era quatro e o gabarito era 42, compatível dependendo do tipo de lote. Houve uma série de argumentações da associação brasileira de escritórios de arquitetura de que pela configuração dos terrenos não conseguiria chegar no coeficiente quatro, embora ele fosse permitido. Essa foi a argumentação e essa proposta que veio, que não tinha sido aceita inicialmente, ela está dessa maneira. Acredito que essas três modificações me parecem ser as mais importantes.

Ultima questão acredito ser importante ressaltar, é diferente do nosso substitutivo de 15 dias atrás, conselho gestor, passou um pouco batido, mas foi atendido no sentido contrário. Foi atendida a questão que tinha sido, aliás, foi uma proposta que nos encaminhamos aqui depois da ultima audiência pública. O Grupo de gestar esta previsto, no art. 61- “ficou assim constituído nove representantes da Prefeitura do Município de São Paulo, nove representantes de entidades da sociedade civil, assim distribuídos, um representante das

OS não governamentais com atuação na região, um representante das entidades profissionais acadêmicos de pesquisa com atuações em questões urbanas ambientais, um representante dos empresários com atuação na região, um representante do movimento de moradias com atuação na região e cinco representantes de moradores ou trabalhadores, sendo dois do perímetro expandido, e três do perímetro estrito da operação.

Essa foi a proposta que surgiu da última audiência pública e está incorporada, atende ao que foi colocado naquela audiência pública. Acredito que essas são as modificações mais relevantes da última audiência pública, então para esse substitutivo que está aqui em debate hoje estará publicado no site da Câmara Municipal de São Paulo a partir de amanhã e no Diário Oficial, e podemos fazer então audiência pública próxima, na segunda feira, já com conhecimento mais pleno de todo o texto, evidentemente é importante todos olharem o texto como um todo, para poder, mas essas quatro questões que levantei, são as quatro novidades que me parece importantes que sejam debatidas com mais prioridade hoje aqui. concordo com o nobre Vereador Paulo Frange, inclusive já expressei em outras oportunidades, a respeito dessa extensão da Avenida Auro de Moura Andrade até a Rua Constança.

Acredito que, conhecendo razoavelmente a região, que na verdade essa extensão vai chegar na Rua Constança, que é um, a rua estreita, que não tem continuidade, que terá de fazer uma curva em 90° para chegar à Guaicurus.

Na verdade, considerando, inclusive, que estamos aqui, a proposta inclui mais custos, acho que seria bastante razoável a Avenida Auro Moura de Andrade terminar na Avenida Santa Marina, quando ela passa debaixo da estrada de ferro, e tem um conexão viária mais clara.

Ou seja, a avenida vem, lá da Mário de Andrade, de frente do Memorial, continua acompanhando a ferrovia e verte à direita, acompanhando o perímetro da operação, passa por baixo da estrada de ferro e conecta com a zona Norte. Aprece-me que tem mais sentido do que essa avenida terminar praticamente em uma rua em 90°. Parece-me razoável, então, que esse

trecho seja suprimido, reduzindo-se as despesas da Operação.

Acho que seriam esses os pontos que me parece importantíssimos debatê-los.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Parabéns, Vereador Nabil. Que bom que o senhor concorda, porque eu não consegui entender também. De repente, a gente consegue alterar esse texto ainda.

Tem a palavra o Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Acho que, o que importa, agora, é a gente tentar escutar um pouco aqueles que vieram esta noite aqui.

Só lembrar o Vereador Nabil que os dois últimos processos que a Comissão de Política Urbana tocou com essa dimensão, o que fizemos foi manter o texto do substitutivo aberto, na internet, do começo ao fim do processo. Então, na verdade, o que teve foi um retrocesso e não um avanço porque, na medida em que aquele recebia inovações, as inovações iam sendo lançadas no sistema e todos sabiam de onde vinham as alterações.

Então, daquele para esse a gente teve um grande solavanco. Mas a gente vai conseguir voltar àquilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos passar para os inscritos. A primeira é a Sra. Rosmary, do CADS, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

A SRA. ROSMARY – Boa noite a todas e a todos.

Represento a comunidade da região macro-oeste 1, Lapa, Pinheiros e Butantã no CADS. Estou encerrando o meu mandato, neste final de ano.

Na última audiência pública, que realizamos em conjunto, havia saído daqui bastante satisfeita, até feliz, porque achei que o substitutivo do Legislativo, àquele que o Vereador Nabil se referiu e o Vereador Police Neto também, tinha incorporado grandes avanços que a região macro-oeste realizou ao longo de três anos e meio. Esses avanços tinham por pressuposto a sustentabilidade e a justiça social.

Então, é com total perplexidade que vejo esses pontos serem colocados no debate

de hoje. Primeiro, porque discutir gabarito, mudança de gabarito e discutir subsolo, que era um ponto irretocável na questão ambiental, isso foi a grande conquista da Operação Urbana Consorciada Água Branca! Reduzir a questão de um subsolo para permitir respeito ambiental e para permitir que a população mais pobre e classe média pudessem ter acesso a empreendimentos a uma zona muito bem infraestruturada da Cidade.

Parece-me que soa dois pontos que têm claramente o dedo da especulação imobiliária, do Secovi, atuando agora nesta Operação Urbana.

Desculpem-me mas a Asbea não participou absolutamente de nada!

Nunca via a Asbea, nunca tive notícias. Não sei, sequer, o que faz essa entidade que, de repente, se dá ao luxo de dizer que temos de, no miolo da Operação Urbana, ir de 42 metros de gabarito para 80 metros!

Os senhores têm noção do que é isso?

Dizer que isso não tem a ver com o Estudo de Impacto Ambiental!? Por favor, nos respeitem. Não somos uns perfeitos idiotas. É óbvio que isso tem a ver com o impacto ambiental.

Segundo, lutamos muito para que se mantivessem os 30% para habitação de interesse social e popular, porque isso é uma questão de luta, de uma sociedade sustentável e justa. Acho que não devemos abrir mão disso.

Para mim está claro: é inadmissível que aceitemos essa ampliação de gabarito, essa justificativa dos subsolos.

Terceiro, queria também colocar a questão da ponte. Ninguém é contra a ponte. Ponte é uma coisa importante para o deslocamento, é importante para a mobilidade urbana. Só que queria lembrar os senhores Vereadores que há um shopping lá, que deveria ter pago uma contrapartida. Não é para tirar do bolso do contribuinte. Quero saber qual é a contrapartida que o shopping vai dar. Aliás, deveria ter dado. Não consegui investigar isso, e ele não deu.

Lembro-me que essa ponte, em que pese a importância que tem, tem de ser

cobrada de quem tem de ajudar a pagar e tem de ver, também, em que medida isso não interfere no Estudo de Impacto Ambiental que foi feito.

Só para finalizar: é um absurdo. As obras da Água Branca têm de ser incorporadas. É uma questão de direitos humanos. Estive lá e temos problemas seriíssimos de patologia construtiva lá: temos esgoto a céu aberto. E, desculpem-me, é um valor irrisório. Não podemos ser cartesianos nem cartoriais de dizer que porque isso não estava a gente não pode por. O raciocínio não é por aí.

Por outro lado, é inadmissível mudarmos, neste momento, esses pontos.

Devemos deixar claro que queremos o retorno ao substitutivo da audiência passada, feito pelo Executivo, revisto pelo Legislativo e que incorporou todos aqueles avanços que a Operação Urbana conseguiu fazer.

Obrigada. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Cleto Vitor da Silva, Movimento Ponte Pirituba Já.

O SR. CLETO VITOR DA SILVA – Chamo-me Cleto Vitor. Reivindiquei a ponte no dia 21 de maio de 91. Já se passaram 22 anos.

Dá a impressão, quando a senhora falou, que viemos aqui para tirar o dinheiro da Operação Urbana Água Branca que, na minha opinião, deve ser investido, em primeiro lugar, para a habitação. Defendi isso na primeira audiência pública da Operação Água Branca.

Esse projeto da ponte,..., falar que o shopping vai construir uma ponte é viajar na maionese, é não conhecer o que é, realmente de fato, uma lei. O que é o projeto de um shopping.

Estamos acionando o shopping, no Ministério Público, por outras questões.

Em 69 essa ponte foi destruída para a construção das marginais. Era a porta de entrada de meu bairro. Foi destruída para construir as marginais. Hoje, Pirituba é um bairro ilhado. Para sair de Pirituba ou sai pela Anhanguera ou pela Ponte do Piqueri, que serve a

Freguesia do Ó. Noventa por cento da população de meu bairro trabalha na Barra Funda, Bom Retiro, Pompeia, Lapa e Centro da Cidade.

Temos de ser respeitados. Somos um bairro-dormitório. Temos história. Somos um bairro do verde. Lá está concentrado as maiores áreas verdes da cidade de São Paulo.

Então, não viemos aqui para tirar o dinheiro de ninguém. São pessoas de baixa renda que merecem ter sua casa para morar. O resto é balela. O importante é o povo que está aqui.

Então, fazer discurso e achar que a ponte não é importante, a senhora me desculpe, mas a senhora deve ser parente do Andrea Matarazzo, que já falou que vota contra.
(Aplausos)

Estive com o Prefeito e agradei a ele. o Sr. Haddad foi o único Prefeito que nos recebeu e nos recebeu porque um Vereador nobre, o Sr. Paulo Frange, nos trouxe aqui e o agradeço de coração pelo trabalho. (Aplausos)

Não aceito discurso vazio. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra Luis Peixoto Soares, um dos primeiros administradores regionais de Pirituba e foi Vereador desta Casa, também.

O SR. LUIS PEIXOTO SOARES – Faço parte desta história porque fiz parte do pessoal da Prefeitura que demoliu a ponte em 1967, com a promessa de que iria ser construída, no lugar, uma ponte rodoferroviária. Foram demolidas duas pontes porque elas impactavam as águas do Tietê, na época, e também porque tinha de expandir as marginais do Tietê. Mas não vou contar essa história, porque ela é muito antiga e longa.

Vou falar apenas da necessidade dessa ponte, da angústia que a falta dessa ponte cria para os moradores da região de Pirituba, do Jaraguá, de Perus, de Parada de Taipas. Porque, já por estudo feito pela Secretaria de Transportes, ficou provado um argumento que eu vinha usando. Vai desafogar 1.700 carros da Ponte do Piqueri. O que ocorre ali é uma calamidade. Também vai desafogar a Av. Gen. Edgar Facó, porque todos que vêm pela Av.

Raimundo Pereira de Magalhães são obrigados a afunilar na Av. Gen. Edgar Facó, junto com os que vêm da Brasilândia, do Moinho Velho, do Alto da Freguesia do Ó e do Morro Grande. Nesse momento, a Av. Edgar Facó já está totalmente congestionada.

A população de Pirituba vem pela Av. Raimundo Pereira de Magalhães e quando chega à Marginal é obrigada a entrar numa contramão para acessar a Ponte do Piqueri, impactando terrivelmente essa ponte. Outra parte é obrigada a entrar à direita para ir ao Complexo Anhanguera – congestionar esse local – para acessar a Vila Anastácio e chegar à Lapa, à própria Água Branca e aos bairros da Pompeia, enfim, a toda aquela região, onde a população de Pirituba trabalha.

Nos últimos anos, as estatísticas têm mostrado que a região de Pirituba foi a que mais cresceu populacionalmente e os acessos continuaram os mesmos. Por isso, não é justo para com um distrito que lutou mais de 50 anos para não se emancipar da cidade de São Paulo. Fui um dos que lutei pela emancipação de Pirituba, que negociei com o Prefeito de São Paulo, à época, Prestes Maia para que nos desse condições de lutar pelo “não”. Pirituba é um dos bairros mais nobres e onde está o marco histórico, pois o Pico do Jaraguá era a bússola dos bandeirantes.

Hoje, nos vemos acusados de querer tirar dinheiro das pessoas. Não queremos tirar dinheiro de ninguém. Mas, mesmo esse pessoal sem moradia – por quem tenho muito respeito pela dignidade de sua luta -, nos últimos anos, veio morar na região de Pirituba. Assim como nós que estamos naquela região, há muitos anos, eles também precisam trafegar pela Ponte de Pirituba. Por isso, a necessidade dessa ponte.

Peço aos Srs. Vereadores que tenham piedade da população, inclusive dos sem moradia da região de Pirituba que precisam trafegar por aquele lugar.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Peixoto. Com a palavra o Pastor Juarez de Azevedo.

O SR. JUAEZ DE AZEVEDO – Boa noite, Srs. Vereadores e todos. Como nosso amigo Cleto Vitor disse: as necessidades são importantes, a moradia é importante, mas a Ponte de Pirituba – para nós – também é importante. Por isso, é importante que possamos somar nossas forças para que essa Operação Água Branca possa contemplar não somente o Movimento de Moradia, como também os moradores de Pirituba.

Eu passo pela descida da Av. Raimundo todos os dias e esse trajeto se tornou praticamente impossível. Com a construção do shopping, não sei se foi feito algum estudo de impacto ambiental, mas vai parar tudo. Hoje, já é insuportável. Vai parar tudo. Não tem como passar por ali. Dependendo do horário que saio de casa, não passo pela Av. Raimundo, vou pela Freguesia.

Por isso, é muito importante que os Vereadores nos contemplem, porque essa é uma luta de muitos anos. Nesse momento, vemos que nossos sonhos podem ser realizados, por meio dessa Operação. Com isso, todos serão contemplados.

Peço que vocês se unam a nós, para que possamos chegar a bom termo para obtermos sucesso, não só o Movimento de Moradia como o Movimento Ponte de Pirituba Já.

Muito obrigado, senhores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Pastor. Com a palavra Érica Chaves.

A SRA. ÉRICA CHAVES – Boa noite. Também venho falar sobre meios de acesso. Também sou moradora de Pirituba. Então, gostaria de mostrar a nossa participação em todo esse processo.

Da mesma forma como vocês vêm lutando por moradia, é desumano ver a periferia desligada dessa outra região, a Água Branca. Sou da área cultural, trabalho em equipamentos culturais daquela área, sei da necessidade que as pessoas têm em utilizar os equipamentos públicos e, principalmente, os privados. Não há como levar alguém para uma atividade cultural na periferia e também fazer o caminho inverso.

Outra questão é desmistificar a periferia. Isso não existe mais. Pirituba, hoje, é considerada uma cidade e um dos maiores shoppings da cidade de São Paulo será construído lá. É maravilhoso que esse shopping vá para lá, mas vamos criar acessos, não somente ao shopping. Não é isso. Vamos criar cultura de ponta nas periferias e desmistificar isso. Se vão ocorrer melhorias na Água Branca, precisam ocorrer melhorias em Pirituba, porque senão vamos acabar segregando as regiões de São Paulo e não é isso que queremos. Já saímos disso há muito tempo.

Quando falo em cultura, não estou me referindo a lazer, que o shopping vai proporcionar. Estou falando de fator de humanização. Então, como falar de educação e de cultura - como fator de transformação do cidadão -, se não dermos dignidade às pessoas.

Todos que se pronunciaram aqui e que conhecem a Água Branca precisam conhecer Pirituba. Entrar no trem às 6 ou 7h e às 10h dá no mesmo. Sair da ponta da Av. Raimundo às 6 ou 7h e às 10h, vai levar duas horas para ultrapassar. Pirituba faz ligações com vários outros Municípios. O trem traz essa possibilidade. Mas vou repetir, é desumana a maneira como as pessoas fazem esse trajeto.

Se formos falar do desenvolvimento da Cidade, não há como não falar do desenvolvimento dos bairros e Pirituba é um bairro sim, é um distrito que merece – como tantos outros – a mesma atenção que a Água Branca está tendo.

Quero agradecer ao Vereador Paulo Frange e ao Prefeito. Infelizmente, não pude comparecer à audiência, mas tenho muitas questões a sanar, principalmente, com relação à região de ponta – não gosto de chamar de periferia. Há muitas dúvidas para tirarmos.

Temos direito à moradia, a saneamento básico, mas também temos direito à cultura.

Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Com a palavra o companheiro José Laurindo, ex-Administrador Regional da Subprefeitura de Pirituba e grande Vereador

desta Casa. Tivemos a honra de trabalhar juntos. Obrigado por sua presença.

O SR. JOSÉ LAURINDO – Boa noite, Paulo Frange, em nome de quem cumprimento toda a Mesa, este Plenário e o pessoal que veio à Câmara Municipal de São Paulo para tentar fazer valer reivindicações tão sentidas e legítimas. Claro que ninguém duvida da seriedade da cada postulação que se faz nesta noite e se fez em outras audiências já realizadas.

Não quero me estender muito, mas quero dizer da importância da Operação Urbana. É só a partir dela que fazemos este debate, hoje. Se não fosse ela, não existiria essa conversa. É muito importante e construtiva para a nossa região a existência dessa Operação Urbana.

O Prefeito Haddad, em sua campanha eleitoral, fez questão de pontuar a necessidade da construção de um pontilhão, para a saída de Pirituba. Acho que ele não sabia, nem conhecia as implicações físicas de caráter urbanístico ou ambiental, enfim, o que isso poderia trazer para impactar toda a região.

Hoje, o Prefeito entendendo - com sua sensibilidade -, a necessidade de desenvolvimento de toda aquela região, achou importante estender os benefícios da operação urbana, para além do espaço em que ela estava prevista. Acredito ser bastante razoável. A questão da venda potencial construtivo irá permitir que outros benefícios sejam realizados na região. Acredito ser bom para a Lapa, Barra Funda, Água Branca, Pompeia e Perdizes, mas acredito que será bom para a região da Freguesia do Ó e para nossa região, motivo que nos trouxe aqui para discutir, questão da ponte.

Fui vereador desta Casa, e tive o prazer e a satisfação de ser companheiro do nobre Vereador Nabil Bonduki, nosso grande urbanista, arquiteto qualificado, professor da FAU, da USP, que foi responsável pela concepção do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo que ora se debate mudanças. Nobre Vereador Paulo Frange que me deu satisfação, com quem aprendi muito nesta Casa, nas discussões da Comissão de Política Urbana, para

mim é uma grande satisfação estar hoje aqui para debater com você essa questão da nossa região. O nobre Vereador Paulo Frange está dentro da nossa região, pessoa que nos dá muita satisfação de conhecer e ver seu trabalho no empenho por melhorias e de investimentos para aquela região. Pirituba, pelas razões ditas pelas pessoas que me antecederam, é uma região que cresce de forma vertiginosa, tem crescido nos últimos 15 anos do ponto de vista da verticalização que acontece em com uma velocidade exponencial, a previsão, por exemplo, de se construir em Pirituba o espaço para realização da Expo 2020, se isso vier, efetivamente se concretizar vai implodir o bairro. Precisamos da construção da Ponte, porque além dessas questões todas de adensamento populacional, a construção do Shopping se soma a isso. Há um cemitério para ser inaugurado, quando inaugurar impactará também a região. O fato de ter sido feito o Rodoanel chegar a Perus, fez com desencadeasse um processo de fuga pela Raimundo Pereira Guimarães de caminhões que vem do Rodoanel, trecho Oeste, de Caieiras, Franco da Rocha, Francisco Morato, de toda aquela região próxima Jundiaí, que fogem pela Raimundo Pereira de Magalhães, alguns fugindo do próprio pedágio desembocando lá embaixo, na Edgar Facosa, Ponte do Piqueri, ou da Ponte da Anhanguera sobrecarregando aquilo que realmente não têm mais condições de dar vazão ao tráfego e ao trânsito já produzido pelo próprio bairro. Por todas essas razões essa ponte se justifica e esperamos que ela seja agasalhada no bojo da Operação Urbana e que as questões de moradia e essa questão urbanística seja contemplada sem conflito que acredito que vai, a partir dos técnicos de Sempla, dos técnicos aqui da Câmara Municipal de São Paulo, e de outras áreas da Prefeitura do Município de São Paulo vamos chega a um projeto que agradará a todos e certamente não excluirá ninguém dos benefícios da operação. Era isso que queria deixar como contribuição, mas estou junto para tentar construir uma boa saída que interessa a todos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Com a palavra a Sra. Lucila Lacrete, do Movimento defenda São Paulo.

A SRA. LUCILA LACRETA – Em primeiro lugar gostaria que ficasse registrado na ata dessa audiência pública, não temos conhecimento do texto do projeto de lei que estamos discutindo. Isso é muito grave, estamos discutindo projeto de lei absolutamente, as cegas, como a Rosemari, muito bem colocou, esse projeto foi discutido na Secretaria do Verde e Meio Ambiente no seu licenciamento ambiental durante três anos e meio, de forma bastante consequente e que vemos agora um projeto totalmente transformado. O que está se falando hoje aqui é outra coisa e se é outra coisa, ele tem de voltar para o executivo e cumprir o ritual que a lei do Estatuto da Cidade, a Lei do Plano Diretor impõe para um projeto de operação urbana. Operação urbana não é a casa da sogra. Operação urbana é um grande projeto urbanístico, que vai promover melhorias em uma determinada região. Se o perímetro é maior, se o perímetro é menor, não tem problema. Só que tem de fazer um projeto coerente para ele. Se a ponte vai entrar, não tem problema nenhum. Só que ela tem uma série de impactos. Se descobriu-se que o coeficiente de quatro vezes área do terreno não cabe nos 42, 46 metros de gabarito, temos de ver porque não cabe, porque antes cabia. Sabe porque cabia, porque as quatro vezes área do terreno eram nas áreas computáveis. Só que deram tanto desconto nessas áreas computáveis que o prédio cresceu tanto, porque a circulação não entra mais nesse cálculo dos quatro vezes, a circulação do apartamento, nem dos shoppings centers, nem do térreo e apartamentos com 40, 50 metros quadrados também não conta nesses quatro vezes. Em vez do prédio ter determinada área, quatro vezes, ele passou a ter oito vezes. Vai ter uma altura de 80 metros, que é praticamente o dobro do que era antes. O que significa que isso era um outro projeto, isso tem outro impacto na região e isso precisa ser dimensionado. Não é a questão de ter ponte ou não ter ponte ou prédio com 80 metros ou com 40 metros. Tem de ter um projeto coerente, isso tem de ser dimensionado e tem de ser seu impacto medido e a equação financeira tem de fechar porque senão não dá certo. Lá no fim da linha, na hora que tiver de negociar o Cepac, esse Cepac que é a tal da, como se fosse uma ação, que será negociada na Bolsa de Valores, vai ter o crivo, de uma instituição que chama: Câmara de

Valores Imobiliários e lá não dá para brincar muito. Bolsa de Valores, não é só de São Paulo, é do Brasil. Recebe dinheiro internacional. Não dá para fazer muita coisa lá. Tem de fazer o ritual todo. Tem de cumprir o ritual que a lei mandou. Senhores, por favor, vamos botar o pé no chão e ter um pouquinho de bom senso, e decidir, afinal que projeto de operação urbana é esse e vamos fazer a coisa direito. Porque dá para fazer direito. Se vai demorar dois meses, quatro meses, não tem problema. O importante é que no fim da linha dê tudo certo e não fique com outros problemas, até de ajuizamento, a coisa não dê certo. Como aconteceu com a Operação Urbana Faria Lima. A Lei foi aprovada em dezembro de 2011 e na hora que o Cepac foi para a comissão de valores mobiliários eles falaram: Não, senhores! Não vamos aprovar nada e até hoje não teve Cepac negociado. Muita calma nessa hora. Muito bom senso. Vamos fazer a coisa como a cidade e todos nós merecemos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra Eduardo Fiora, da Agência Território, Noroeste.

O SR. EDUARDO FIURA - Boa noite à Mesa, boa noite a todos. Sou a favor da ponte, que fique claro, inequivocamente, a ponte é necessária, mas não do jeito que está colocada. Essa ponte tem uma explicação: em agosto, a Secretária Leda Paulani disse que não havia dinheiro, estava no *site* da Prefeitura, fui questionado aqui por um membro da Mesa, dizendo que não estava no *site*, mas estava, sim, e a Leda Paulani disse que não tinha dinheiro para fazer o Arco Tietê, que não daria para fazer as obras, que teria de incorporar uma meta na outra, etc. Horas depois o Prefeito desmentiu a Leda Paulani e disse que iriam fazer o Arco do Tietê com o dinheiro da Operação Urbana. Essa ponte é obra do Arco do Tietê. É uma meta e para cumprir a meta tem de fazer a ponte. Já pensou se não cumprir a meta? O único lugar que eles encaixaram para colocar a ponte foi na Operação Urbana, não tem outro lugar, eles não têm dinheiro, pois custará 250 milhões, me parece. É muito dinheiro.

Na semana passada fiquei com essa história da ponte na cabeça e tive um sonho: sonhei que eu estava na Faculdade de Urbanismo na USP e o professor Nabil Bonduki estava

lá lecionando com os alunos na graduação e estava colocando a fala da Rose e da Lucila, defendendo o contrário e, de repente, a sala esvazia porque ninguém concorda com o professor Nabil, concordam com as outras.

Eu discordo, Vereador Nabil, que essa seja uma Operação, como o senhor tem defendido, que é um paradigma da Operação Urbana, não é mais. Era até a última audiência pública, até o dia 12 de setembro era, hoje não é mais porque a ponte, sim, foi gestada, como o Vereador Police falou, no Executivo, a pedido da população, pois tinha um monte de gente lá. Mas, é impossível que isso seja planejamento urbano. Dizer que não precisa de EIA/RIMA numa ponte tamanho dessa, que vai unir Lapa a Pirituba. Não causa de fato nenhum impacto ambiental porque está no terreno expandido, então, é casuísmo.

O que defendo, Vereador Nabil, e o respeito muito como urbanista, mas agora, já duvido, não sei onde se divide o urbanista e uma figura de proa do PT, do Governo. Do ponto de vista urbanístico, nem o Secretário Melo Franco, homem viajado, internacional, conseguiria defender a inclusão de uma ponte, de uma hora para outra, aumentando o perímetro e dizendo que se está no perímetro expandido, portanto, não precisa de EIA/RIMA. Se colocarmos um monstrengo lá dentro, quinhentas vezes poluente, etc, impactante, não vai ter EIA/RIMA porque vai estar no perímetro expandido.

Acho que voltar à proposta anterior, sim acho que tem de partir daquele e entender que a população de Pirituba...o que fizeram aqui com a Rose Mari foi deselegante, totalmente deselegante, às vezes, eu discordo dela, mas não merecia esse tipo de agressão verbal que houve aqui. O pedido é justo e não é coerente. A ponte tem de sair, mas tem de sair com recursos do Orçamento do Município ou então do *shopping center* porque o *shopping* vai ser beneficiado.

Estamos reproduzindo um paradigma da Operação Urbana, que você defende no sentido de replicarem o modelo do Shopping Bourbon, da Arena Palmeiras, não vejo paradigma nisso. Vejo que precisamos discutir com coerência. Vamos colocar a ponte, mas

como, porque e de onde sai o dinheiro. Isso é urbanismo e cidadania e temos de respeitar o mínimo de lógica. Nutro profundo respeito, leio muitos os seus artigos, concordo com quase 90% do que você escreve, mas neste caso, lamento as modificações não condizerem com o planejamento urbano que essa Cidade precisa. Imaginem como vai ser a discussão do Plano Diretor na calada da noite aqui neste plenário. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Gostaria de deixar claro que o Vereador Andrea Matarazzo, Presidente desta Comissão, é absolutamente favorável à ponte de Pirituba, mas é contra a utilização dos recursos do CEPAC e acha que tem de sair dos recursos do Tesouro. Esse debate vai se prolongar até o dia da votação, até agora não temos ninguém que seja contrário à construção da ponte, a discussão é de que fonte vamos tirar o recurso. Essa discussão tem teses defensáveis dos dois lados: os mais técnicos e os menos técnicos e temos segurança de que os dois lados têm suas razões, há a razão social – o camarada que mora naquela região e que sofre com a ausência da ponte e não quer saber quem vai pagar e está absolutamente correto, eu também faria a mesma coisa, eu defendo a ponte e não quero nem saber de que fonte que virá o recurso, eu quero que a ponte aconteça.

Agora, sou médico, não sou urbanista, mas tem a defesa do recurso que saia apenas do Tesouro, que é absolutamente correto, aliás, deveria ser assim. Estamos fazendo, com certeza, mudando esse perímetro, não é também tão incoerente, Eduardo, conversamos em dezembro quando o projeto chegou, um CEPAC de 700 reais o metro, e que é no mínimo 1400, a Operação Urbana vai arrecadar no mínimo o dobro, então, temos um recurso que é possível sim contemplar outras obras e talvez aquela que vai ter o maior alcance social seja a ponte de Pirituba, portanto, estou falando com a emoção, razão e com o conhecimento da flexibilidade de quem não é doutor no assunto. Mesmo aquele que é doutor no assunto, que é o caso do Vereador Nabil, com certeza, tem as suas explicações para isso.

Mas quero fazer justiça ao Vereador Andrea Matarazzo que preside como um maestro essa Comissão, com todo o carinho. Ele é favorável à ponte, mas questiona de onde

vem o recurso. Temos de trabalhar sempre com sinceridade, abertura e flexibilidade.

No final da Operação, a Lucila teve uma fala extremamente bonita, técnica e também nos sensibilizou. Parabéns, Lucila. O que queremos no final é o melhor. Não vamos conseguir contemplar em 90 artigos 100% de tudo, mas quando o projeto chegou, em dezembro, tínhamos acordo, avançamos para mais de 90% com consenso. Agora é hora de chegarmos a um ponto de convergência.

Tem a palavra o nobre Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Estranha-me muito a fala do Sr. Eduardo Fiura, primeiramente, porque não fui eu que propus incluir a proposta da ponte. O senhor vem aqui e faz toda uma fala como se a proposição tivesse sido minha e nem sequer defendi aqui hoje. Poderíamos até discutir, se é o caso ou não, não de fazer ou deixar de fazer, porque ninguém está discordando se a ponte deve ser feita, mas sim se deve ou não usar o recurso do CEPAC para fazê-la. Nem sequer defendi isso aqui, por isso acho muito estranho esse tipo de colocação porque é pessoal. Vir aqui, falar por cinco minutos, se referindo a mim como se eu estivesse propondo, ou como se eu estivesse defendendo.

A proposta da ponte chegou a esta Casa através da liderança do Governo e é um desejo do Executivo, em função da reivindicação, que a ponte seja feita no prazo mais rápido possível e se entende que pode ser viabilizada por meio desse recurso. Quero ressaltar em relação ao que falou a Lucila, que não teve nada feito na calada da noite, não vamos começar a usar chavões indevidamente. Nada foi na calada da noite, nem a ponte, nem o que está entrando hoje é na calada da noite, tanto que estamos discutindo, já foi apresentado o que vai ser proposto incluir, que entrou no substitutivo do Governo. Será publicado. Haverá outra audiência pública. Não tem nada na calada da noite, senão se fica utilizando figuras... Pode-se discordar. A Rosmary discordou de várias coisas, e eu também discordo de várias coisas que estão nesse substitutivo. Mas não tem nada na calada da noite. Elas foram colocadas, claramente colocadas.

O processo, nesta Câmara, e principalmente conduzido pela nossa Comissão, foi totalmente transparente. E o projeto – é importante que se diga – ficou muito melhor do que estava quando chegou. Certo? Então, acho estranho algum tipo de alusão de que o processo que aconteceu tornou o projeto pior do que era. Acho que tornou melhor, pois incorporou grande parte das questões que foram colocadas pela sociedade.

Essas coisas precisam ficar ditas, senão fica tudo como se fosse uma malandragem, ou de qualquer maneira.

É claro que para a ponte terá de ser feito um projeto, os impactos dela. O que me parece não caber é achar que a ponte vai gerar um impacto no que diz respeito aos coeficientes utilizados na própria Operação. São duas questões que têm impactos próprios e diferentes. Claro que outras ações que vão ser feitas no entorno, que não são da Operação, também terão impacto. Essa é uma questão que precisa ficar clara. O perímetro da Operação não mudou, e acho importante que seja dito que houve proposta de mudança do perímetro efetivo da operação. Houve propostas que não foram aceitas. Senão, parece que estamos aqui simplesmente sendo permeáveis a qualquer coisa. Houve proposta de mudança do perímetro real da operação, incluindo área que não estão previstas, para mudança de uso, mas houve clara discordância em relação a isso.

O processo desta Cidade é complexo. Se não soubermos ter discernimento sobre aquilo que pode entrar e o que não pode entrar, avaliar muito bem, simplesmente se irá deixar a Cidade ao Deus dará, e isso não está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador.

Tem a palavra o Sr. Neimar Ortiz.

O SR. NEIMAR ORTIZ – Quero cumprimentar a mesa na pessoa do Vereador Paulo Frange, cumprimentar todos os presentes e dizer que é motivo de muita alegria estar aqui discorrendo sobre a questão da ponte. Por que é uma alegria? Entendo que foi necessária a mudança do projeto. Toda mudança ocorre para o melhor. Ou seja, queremos o melhor. O

povo de São Paulo, o povo da região de Pirituba quer o melhor. E o melhor beneficia a todos.

O povo daquele local há mais de 22 anos vem esperando uma ponte ser erguida ali, mas tivemos esse privilégio. Vários governos se passaram e tivemos diversos prefeitos, mas nenhum deles teve coragem de assumir essa responsabilidade com a população. Portanto, entendo, como advogado que milita naquela região, que trabalha em prol das associações daquela região de Pirituba, Freguesia do Ó, Brasilândia, Taipas, sei dos anseios daquela população.

Por quê? Essas pessoas levam uma hora e meia para atravessar as pontes. É lamentável, pois quando chegamos num banco ficamos 30 minutos e queremos sair correndo porque não suportamos, Imaginem ficar uma hora e meia para atravessar, pois não tem ponte. Tem de se passar por Piqueri, Edgar Facó ou Anhanguera, e não conseguimos atravessar. Isso atrasa muito o cidadão que mora naquela região.

Digo mais! É importante ressaltar para os presentes que as pessoas que moram na periferia da região de Pirituba contribuem, porque trabalham na região de Água Branca, com seus impostos. Com isso, entendo que essa região faz jus, sim, a esse benefício que é a ponte de Pirituba. O Prefeito Fernando Haddad recebeu, em audiência, as pessoas que lá estiveram. Ele disse do desejo de haver essa ponte. Nós também temos esse desejo. Por isso estamos aqui pedindo aos Srs. Vereadores para que esse substitutivo seja aprovado, pois irá beneficiar a população.

Além das moradias que já estão sendo atendidas, também queremos a ponte de Pirituba. Desta vez, veio para ficar. Nós estamos presentes e vamos lutar. Desde já, aproveito esta oportunidade para dizer que uma das pessoas que tem lutado e brigado para que essa ponte de Pirituba venha a ser construída é o nosso querido Vereador Paulo Frange, a quem peço uma salva de palmas!

Obrigado pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Neimar. Quero deixar bem claro

que este trabalho é feito pela Comissão de Política Urbana, que já se reuniu mais de uma dezenas de vezes em audiências públicas. Esse é um dos melhores trabalhos que a Comissão fez nesses últimos anos. A dimensão que se tem, é claro, é o Plano Diretor. Mas esse é um dos projetos em que a Comissão de Política Urbana mais se debruçou para entender, compreender e ter participação da maior parte da sociedade envolvida.

Adriano Goes Filho.

O SR. ADRIANO GOES FILHO – Boa noite. Completando as palavras do Sr. Neimar, não sou advogado do Sr. Cleto, mas quero até lembrar um trecho do desabafo dele. Nós precisamos tomar muito cuidado com o que falamos e da maneira que falamos. Todos têm o direito de lutar pelo seu benefício. Todos têm esse direito. Água Branca tem o seu direito, como Pirituba também. Mas se deve tomar cuidado com o que se fala. Quando falamos algo errado, a resposta vem de imediato. O Sr. Cleto não ofendeu ninguém, não quis ofender ninguém. Ele apenas fez um desabafo porque se sentiu ofendido pelo povo de Pirituba.

Lembro que em Pirituba também moram seres humanos, e que lutam por seus direitos. Hoje Deus nos abençoou com um homem chamado Paulo Frange, que está brigando pelo nosso direito, que é justo. Água Branca tem o seu direito? Tem! Respeitamos, lógico. Eles têm de lutar por seus direitos. mas também temos de brigar pelo nosso. E merecemos isso também porque – como o Sr. Neimar disse – pagamos impostos.

Outra coisa. Quando se fala de Pirituba, fala-se de Jaraguá, Parada de Taipas, Brasilândia, Freguesia. Não é questão do *shopping*. É uma ponte que vai desafogar toda aquela região. Não é fácil ficar uma hora e meia no trânsito como o Sr. Neimar falou. Não é fácil!

Muito obrigado, Srs. Vereadores, por nos receber aqui. Vocês merecem todo o nosso carinho e todo o nosso respeito porque estão nos atendendo e dando a nós o direito de brigar por aquilo que temos direito lá na frente.

O Sr. Prefeito de São Paulo nos recebeu, nos deu atenção e ouviu o nosso apelo.

Se vocês pararem para pensar um pouco - com esses vereadores estão lutando por nós, brigando pelos nossos direitos – verão que essa ponte será para benefício não apenas para Pirituba como para todos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sérgio Neves da Rocha, SOS Parque da Água Branca.

O SR. SÉRGIO NEVES DA ROCHA -

Que vai ser de benefício não só para Pirituba, mas para todo mundo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange - PTB) - Sr. Sérgio Neves da Rocha, SOS Parque da Água Branca.

O SR. SÉRGIO NEVES DA ROCHA – A minha saudação aos componentes da Mesa e a todos os presentes porque estamos aqui trabalhando para que tenhamos uma Operação Urbana Água Branca que realmente atenda o que o povo necessita.

Inicialmente, quero lembra o seguinte: parece que estamos vivendo dois momentos. O primeiro, da retirada da ponte que existia pelos governos daquela época; não me lembro de nenhuma consulta, como estamos fazendo hoje aqui. São duas situações absolutamente distintas, como acho que cabe e já foi mencionado aqui, tenho a impressão de que não existe nenhuma opinião contrária à ponte. Aliás, ela foi retirada de lá, naturalmente, prejudicando a toda a população – conheço aquela parte de Pirituba, como Engenheiro Ferroviário, construí a terceira linha de Pirituba a Santo André.

Hoje nós estamos em condição de batalhar juntos. O importante para nós é batalharmos juntos para que essa operação consorciada Água Branca atenda a todos os desejos.

Agora já foi dito que a Operação possui um fundo de 500 milhões; também foi dito que essa ponte está orçada em 250 milhões. Eu me lembro que a minha mãe sempre dizia: “A gente não deve despir um santo para vestir o outro”, ou seja, a verba para essa ponte tem que vir do lugar adequado, não é em prejuízo do que deve ser feito na Operação Urbana Água Branca.

Outro ponto muito importante: as coisas são feitas, temos exemplos claros disso,

como por exemplo lá onde resido na Água Branca, na Avenida Pompeia, tivemos um impacto tremendo com o shopping Bourbon e, em seguida, vem a Arena do Palmeiras. E os estudos não são feitos adequadamente, muito menos, o efeito cumulativo desses empreendimentos, isto é, o que impacta cada um deles e a soma deles. Então, nós temos que tomar muito cuidado com a ponte, a fim de que essa ponte não traga benefícios em alguns aspectos e prejuízos em muitos outros por falta de um estudo de impacto ambiental, onde os impactos são identificados, e o relatório de impacto de meio ambiente, onde esses impactos são objetos de estudo, a fim de que sejam minimizados, eliminados se possível ou compensados também.

Esses são os pontos que me parecem fundamentais.

Esse estudo precisa ser feito. É uma modificação no projeto. Isso obriga a que o projeto seja revisto para que isso possa ser adequadamente incorporado, nunca esquecendo que, por mais que estejamos, cada um de nós, nas nossas regiões, empenhados em trazer as nossas contribuições, a forma como a gente faz é muito importante, porque a divisão não interessa, se não, por exemplo, à especulação predatória imobiliária que está submetendo a nossa Cidade a um verdadeiro estupro imobiliário.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange - PTB) - Tem a palavra a Sra. Mauri Anastácio, da Água Branca.

A SRA. MAURI ANASTÁCIO – Boa noite a todos, a todos os moradores de Pirituba, gostaria que vocês entendessem que os moradores de Pirituba igual a nós, moradores de Água Branca, somos todos da mesma matriz, passamos pelas mesmas necessidades, e a ponte será útil para todos nós. Temos que focar no porque da diminuição de 25 para 20% dessa contribuição e também queremos saber qual a justificativa técnica para a redução, se quanto mais porcentagem, maior seria o número de habitações, o que seria viável para todos.

Também gostaríamos de saber sobre o impacto, se não vão retardar as construções dessas habitações. É o que temos de dúvidas e gostaríamos de saber da justificativa técnica.

Quero passar um pouco da minha palavra para o Mauro, um pouco do meu tempo.

- Orador passa a palavra ao Sr. Mauro.

O SR. MAURO – Eu só queria saber, Srs. Vereadores, na última audiência em que participamos, foi proposto por uma companheira, que também é funcionária pública, que a Subprefeitura da Lapa tenha a indicação nesse conselho gestor, em razão do governo local,

que nós, que somos da Suprefeitura, pudéssemos participar de uma maneira ativa e, não, pela indicação da coordenação das Subprefeituras. E, na fala do Vereador Nabil, salvo se eu não entendi direito, não contemplou essa representação, pelo menos na fala. Nós entendemos que, na perspectiva do governo local, seja muito importante que a Subprefeitura possa indicar alguém para o conselho gestor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange - PTB) - Obrigado, Mauro. É pertinente. O Vereador Nabil já estava aqui sensível a esse assunto. Parabéns. Foi uma boa ideia.

(Palmas)

Vamos estudar esse assunto, pois realmente é muito interessante.

Para quem não está acostumado com essa discussão, esse conselho gestor tem uma importância muito grande nesse acompanhamento, porque depois que votamos a lei, não temos como ficar acompanhando tudo, a não ser que seja pelo orçamento. Portanto, a importância da participação da sociedade é muito grande. Há pouco, estávamos falando em ampliar um pouco esse conselho, mas com qualidade.

Tem a palavra a Sra. Carol, moradora da Água Branca.

A SRA. CAROL – Boa noite a todos. Eu queria reforçar a fala da Mauri para saber por que diminuíram de 25 para 20% e ter a certeza que isso não possa prejudicar a nossa moradia. Tenho que pedir desculpas ao pessoal de Pirituba, mas a gente não tem nada a ver com a ponte de vocês nem é contra a ponte nem passarela. A única coisa que a gente quer é a nossa moradia digna, que já esperamos há anos, muitos anos. (Palmas) A gente não é contra. Até vai ser melhor para todos se locomoverem da Lapa, Freguesia, Pirituba e Água Branca.

A nossa única preocupação é a nossa moradia, que diminuiu, e eu não entendi o porquê e gostaria muito de entender. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange - PTB) - Só lembrando que, no início da reunião de hoje, nós fizemos uma pergunta ao Executivo: mantidos os 20% fica também mantidas as 630 unidades que contempla a Água Branca. Então, são 20% mais as outras. Até fiquei em dúvida porque gostaria de saber se está dentro dos 20%. Não. São 20% mais as 630 unidades da Água Branca.

O SR. ANDREA MATARAZZO - Acho que é importante esclarecer, Vereador Paulo Frange, é que, em relação à comunidade da Água Branca, não houve modificação nenhuma, certo? O que houve de modificação – que não foi proposta nossa, inclusive, pois

continuamos propondo os 25% - é a redução para a atuação que vai acontecer no perímetro expandido, sobretudo. E para construção eventual, dentro da própria operação, mas que não afeta o caso de vocês, as 630 unidades mais a recuperação da comunidade. Então, os 20% são para urbanização das favelas, do perímetro expandido, e para construção de mais unidades habitacionais, além dessas que dizem respeito a você que prejudica os outros movimentos da região na zona Norte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Ok.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI - Crescimento vegetativo, com certeza.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Claro, afeta toda a produção de habitação. Inclusive depois das 630, sei que, como a comunidade está crescendo, tem mais essa área de habitação, nesse sentido com certeza vai afetar para frente, dentro desse valor que está estabelecido aí.

Isso significa, não sabemos o quanto vai arrecadar, mas se a última estimativa era de três milhões, ao invés de 750, significa 600 milhões, portanto 150 milhões a menos, que é um pouco a menos do que o custo da ponte.

Não quero estabelecer essa relação, mas é importante que a gente diga que essas questões têm relação. Ninguém vai fabricar dinheiro. Eu sei que o pessoal que está defendendo a ponte não tem nada contra a demanda de habitação, nem o pessoal de habitação tem contra a ponte. Na verdade, na hora que se tem um valor total, uma coisa vai reduzir a outra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Ok. Só para encerrar, Carol, à medida que

forem vendendo os Cepacs a região vai ficando mais atrativa, o valor do Cepac vai subindo também. Ou seja, aplicando os 20% sobre esse valor, vai sempre estar sempre subindo seguramente acima do valor médio da construção de habitações.

O Sr. Sérgio tem um minuto para falar.

O SR. SÉRGIO – É o seguinte, quando a Elaine fez a minha inscrição ela disse que eu era o número 13. Para mim, tudo dá 13 eu só não acerto na borboleta.

Quando me chamou, perdi um pouco do que ia dizer. Mas quero dizer que conheço a Rosemary Zenha há alguns anos, temos participado de muitas audiências públicas e movimentos das entidades da sociedade civil, tanto no CADES, como no SOS Água Branca, ou no Fórum Suprapartidário para uma São Paulo Saudável e Sustentável, ela tem dado uma contribuição muito importante, é uma excelente profissional do IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

Lamentavelmente ela disse que vai deixar o CADES, não vai mais se candidatar, a sociedade civil perde uma representação muito batalhadora, é uma mulher de muito valor que para mim vale o peso em ouro. (Palmas)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Ok. Com a palavra o Sr. Juvenal de Souza.

Lembro que o pessoal que está falando da ponte de Pirituba tem um movimento que já passa de 20 anos. Essa é uma das primeiras oportunidades que eles têm aqui na Câmara neste debate e poder expor. Como colocou bem o Cleto outro dia, nunca teve tão perto a oportunidade de tocar na ponte.

Portanto, temos de entender que essas manifestações emocionais, Rosemary, independentemente de qualquer tipo, Cleto, são sempre normais no calor do movimento.

O SR. JUVENAL DE SOUZA – Boa noite à mesa, a todos os presentes, para não ficar repetitivo, vim para defender a ponte, mas creio que já está claro para todo mundo. Se não é unânime, mas a grande maioria vê a necessidade da ponte.

Penso que se é a grande oportunidade para que possamos ser contemplados, por que não? Só quero dizer isso, deixar registrado e claro, porque às vezes cada um defende um princípio, abriga uma luta. Sou usuário daquilo lá e sei a dificuldade.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Juvenal. Tem a palavra o Sr. Cipriano Gomes, da Associação Comercial de São Paulo.

O SR. CIPRIANO GOMES – Boa noite a todos. Boa noite ao nosso Subprefeito Ricardo Pradas e ao nosso Presidente, Vereador Paulo Frange, na pessoa de quem cumprimento a Mesa. Falar da ponte é chover no molhado porque é uma luta desde 1967, com a retirada da ponte que existia, a construção da Marginal e hoje precisamos de uma nova ponte.

O debate, Vereador Frange, é acalorado, mas acho que dentro de um respeito ele pega muito bem. Temos de respeitar todos, porque como seres humanos nos respeitamos mutuamente. Quando aprovamos a primeira parte da operação consorciada sabíamos que aqueles mais de 360 milhões seriam usados exatamente na Operação Urbana Água Branca. Ela se tornou consorciada e aumentou o seu entorno e nos foi falado nessa época que os potenciais construtivos que viriam, o aumento desse potencial incluiria essa parte consorciada.

Então a minha sugestão, e queremos a ponte, não há dúvida disso, vamos brigar e, no bom sentido, se tiver que fechar a Marginal vamos fechar, mas dentro de um respeito porque uma pequena minoria, que é a grande parte de Pirituba que defende com unhas e dentes a ponte, não pode prejudicar a Cidade toda, mas vamos defender isso de todas as formas.

O Vereador Police Neto entende muito dessa parte de plano diretor, V.Exa. também, Vereador Paulo Frange, e o Vereador Nabil Bonduki, uma cátedra no assunto, poderíamos estudar uma forma de não atingir, não tirar a parte que já está da operação consorciada, que acho maravilhosa, muito bem feita, até porque ouvi que a Ponte Júlio

Mesquita Neto que já foi construída há mais de 10 anos faz parte da nova construção, não vi dessa forma porque ela já está construída.

É importante que isso aconteça e que tenhamos isso dentro desse respeito porque cada um está defendendo um interesse lógico da sua região. Isso é importante e o que precisamos ter é esse respeito, mas que formássemos uma comissão para trabalharmos juntos. Temos solução para tudo. Não é esta Casa que vê todo o entorno e toda a Capital de São Paulo? Podemos fazer isso perfeitamente e acho que cabe a vocês fazer com que ela aconteça da forma mais natural possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Cipriano. Com a palavra a Sra. Verinha, do Jaraguá.

A SRA. VERINHA – Cumprimento a Mesa e todos os presentes. Nós não perdemos uma audiência pública do Consórcio Água Branca e foi muito citada a questão da moradia. Parece que estamos num mundo diferente porque não é verdade. Então quando se fala de moradia digna isso é qualidade de vida e aquela região do Jaraguá nos últimos 20 anos, com o crescimento habitacional, com muitas construções, seja o CDHU, Prefeitura ou Caixa Econômica, a região cresceu muito e é insustentável atravessar a Edgar Facó.

Falo isso porque hoje também estou inserida no Governo. Estou trabalhando na Cohab e para chegar ao trabalho se não sair do Jaraguá às 5h30 ou 6h não chego no meu horário, que é às 9h. Apesar de que agora o corredor tem ajudado bastante a população, mas é humilhante qualquer morador do Jaraguá, Pirituba e Taipas atravessar. Vou além, não é por causa do shopping, mas por causa do crescimento que houve e não estou defendendo dono de shopping, quero deixar bem claro isso, mas a causa foram os investimentos naquela região. Isso é bom, moro lá e estou muito feliz, ainda tem muita coisa para vir, estamos vendo o nosso Centro Tecnológico, o nosso Prefeito esteve lá este ano, a questão das áreas verdes.

Então não há guerra contra a ponte e contra o movimento de moradia. Os dois têm de pensar, trabalhar juntos e somar. E que bom que estamos num Governo democrático e participativo. Que bom que esse PL 505 retomou a discussão e acho que não temos de fazer nada correndo, dá tempo para mais uma audiência. Não sou técnica e respeito muito os técnicos, a Rosmari sabe que a gente vem trabalhando. É preciso ver os impactos, fazer um estudo técnico.

Com relação à questão financeira, também acho que se trabalharmos juntos, falo como moradora do Jaraguá e militante do movimento de moradia ao qual me dediquei muito e vou continuar me dedicando nas horas vagas, estamos juntos para defender moradia e a ponte do Jaraguá.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Encerradas as inscrições vamos passar a palavra ao Executivo, não sem antes lembrar que na audiência que alguns dos presentes tiveram com o Prefeito, estavam também os secretários Jilmar Tatto e Fernando de Mello e o Secretário de Transportes disse que essa ponte, no estudo que fez, reduz em 1.700 veículos por hora na Ponte do Piqueri. Esse impacto foi muito bem lembrado pelo Peixoto e daí a importância desse viário novo. Essa seria a primeira ponte com uma pista segregada, inclusive, para ônibus, já construída com essa finalidade.

Tem a palavra o Sr. Weber Sutti.

O SR. WEBER SUTTI – Acho que as manifestações ficaram muito focadas na ponte. A Rosmari e a Conselheira Lucinda abordaram questões de fundo da operação urbana e acho que agora temos de ver o PL que será publicado e voltar para um debate na semana que vem. Acho que é o mais sensato e o Executivo participará como participou até agora de todos os debates.

E não é uma pequena diferença fazer o processo dessa forma. É uma coisa muito importante de se ressaltar. Há questões que não são técnicas, como a diminuição da

porcentagem, o compromisso nosso foi tentar garantir as conquistas que foram feitas no debate público e quanto à representação na Sub Lapa também havia sido uma questão já trabalhada na última discussão para tentar incorporar no PL. Essa é uma visão que o Executivo coloca na reunião de hoje.

Passo a palavra para o Gustavo. Muito obrigado.

O SR. GUSTAVO PARTEZANI RODRIGUES – Obrigado pelas considerações. São importantes para a gente debater, refrescar e construir o melhor plano possível para a operação urbana.

Vamos deixar uma coisa clara, a habitação e a infraestrutura que foram o debate desta noite e é importante lembrar que está garantida uma conta apartada no nosso projeto para Habitação. Sendo assim, ninguém põe a colher nesse dinheiro.

A proposta é de 20%, então vamos transformar isso em dinheiro e em unidade? Não discuto o orçamento lá de casa com a minha esposa em porcentagem. E 20% representa, no mínimo, 540 milhões de reais. Esse valor dá para atender mais de 3 mil unidades e boa parte de todos os assentamentos no perímetro expandido. Trocando em miúdos, dá para se atender mais de 5 mil famílias com esse dinheiro. É o mínimo que a conta apartada da Habitação arrecadará segundo o que está sendo proposto.

Então, de cada cem reais que são destinados para a Operação Urbana, 20 reais vão para essa conta apartada da Habitação e 80 reais vão para infraestrutura.

A discussão da ponte é de infraestrutura, não é de habitação, então temos que ter clareza disso na hora do debate, pois dinheiro da habitação é da habitação e da infraestrutura: a ponte disputa com a avenida, com drenagem, com praça, equipamento. Acho que é isso que temos de discutir: quais são as prioridades de infraestrutura? Porque na Operação Urbana também há prioridade de escola, de posto de saúde e de praça de lazer para as crianças brincarem.

O dinheiro da habitação está garantido. E pelo CEPAC – de 1.400 reais,

residencial; e de 1600 reais, não residencial – ainda arrecadaríamos, no mínimo, 540 milhões de reais para habitação, o que corresponde a mais de 3 mil unidades, com chave na mão, e dá para investir mais de 200 milhões nas favelas, nos assentamentos, nas reformas necessárias no perímetro expandido. Então, é por isso que temos que batalhar.

Peço a todos que tenhamos essa clareza, para que na próxima audiência venhamos novamente imbuídos do espírito de cidadania, das questões técnicas e até das questões emotivas para construirmos o melhor Plano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Ricardo, Subprefeito da Lapa.

O SR. RICARDO - Boa noite a todos. Acho que temos que fechar essa conta. E também sou um dos moradores que foi crescer em Pirituba. Moro na Subprefeitura de Pirituba, então sei o que é cruzar a ponte para ir para a Subprefeitura da Lapa todos os dias.

Mas precisamos tomar um cuidado muito grande de como vamos priorizar essas ações, por isso a importância do Conselho Gestor. Como vamos gerenciar todo esse montante? Logicamente que se tiver montante para todas as obras que estão previstas de infraestrutura e para todas as moradias que a gente quer construir – e quanto mais capital conseguirmos, melhor –, principalmente para adequar não só a passagem da ponte, porque há outras obras de infraestrutura que influem diretamente as pessoas que vão trabalhar na área da Subprefeitura da Lapa e que sofrem todos os dias não só para atravessar a ponte, mas também devido ao trânsito interno.

Por isso, precisamos conversar e entender melhor tudo o que está descrito no substitutivo que está sendo entregue para avaliar qual impacto que isso trará inclusive no aumento de gabarito. Temos de nos perguntar se é importante para se atingir os CEPACs que estamos querendo para infraestrutura e para moradia também; e, principalmente, quais os problemas que serão gerados a partir desse adensamento e qual impacto ele terá na região da

Barra Funda.

Enfim, é essa preocupação realmente que temos: se essa conta vai fechar realmente ou não, e como vamos priorizar isso no Conselho Gestor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Quer fazer um comentário?

NÃO IDENTIFICADO – Quero abordar duas questões que considero importantes nesse conjunto de debate. Primeiro, a ponte é fundamental naquela região. Obviamente, tem de se discutir o impacto que isso causará. Se você acessar a Raimundo, verá aonde a ponte vai cair. Ali a rua é fechada, não tem para onde ir.

E vou falar em algo da minha área, do meu setor, pois sou trabalhador metalúrgico. Então, ela vai cair, ali, em áreas que são de grandes empresas. Obviamente já há o conflito, porque tem toda o empreendimento imobiliário, ali, e tem as áreas de trabalhadores. Esse conflito entre o que pode ser construído e as áreas que “derreter” dos trabalhos que ali existem, ele é fundamental. Senão, se se eliminar os trabalhos ali, não adianta passar pela ponte os moradores de Pirituba, porque não vão trabalhar.

Então, no substitutivo estamos discutindo e ampliando o debate, porque é algo com que temos de nos preocupar. E duas questões são fundamentais, especialmente para o pessoal da Água Branca. Não deve diminuir. Devem ser mantidos os 25%. O que tem de se prever nesses 25% dessa relação de moradias é que a Operação Urbana Água Branca não é para amanhã. Vocês estão pensando que é para amanhã? Isso daqui vai demorar de 10 a 20 anos. Vão passar mais três ou quatro gestões. Então, precisa ter investimento para que haja impacto favorável para as pessoas que estão lá. As 17 comunidades que estão lá não irão receber essa infraestrutura a curto prazo. Então, deve haver esse recurso maior.

Obviamente essa ponte poderá receber esse recurso por que está na área expandida da Operação? Claro que pode. Mas ela já está no Plano de Metas. Então, tem de haver recurso de outro investimento do Orçamento. O Prefeito assumiu com vocês. Tem de

assumir, pegar uma parte disso, mas também fazer outro tipo de investimento.

Essa adequação da manutenção do emprego nessa área é algo que eu venho falando e é real. Naquela área há 10 mil empregos só do setor industrial. Irão sumir aqueles empregos? Naturalmente vão sumir. Então, temos de adequar o que é de moradia e o que não é de moradia, porque se irá adensar 75 mil pessoas que irão para lá; não pensem que é só o 5 mil de HIS. Então, daqui a pouco haverá 75 mil pessoas e nenhum emprego. Então, elas terão de atravessar a ponte para trabalhar em Pirituba.

Essas questões têm de ser amplamente debatidas. Tenho certeza de que o Governo está fazendo isso. Os vereadores têm essa preocupação. E nós, que somos os trabalhadores, devemos pensar: vamos adequar as necessidades, a ponte é fundamental, a questão de moradia, é possível fazer esse conjunto e vamos fazê-lo da melhor maneira possível. Confio nesse grupo de vereadores que está debatendo este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

A audiência pública de amanhã fica cancelada e transferida para a próxima segunda-feira, às 19h, neste plenário, quando faremos a última audiência pública deste projeto.

Há um pedido para transferir para a região da Água Branca, mas houve um acordo, no plenário, para que fosse transferido para a segunda-feira para contar com todo o suporte da Casa. Já foi feito um acordo com os vereadores, e teríamos dificuldade de mudar tudo isso.

Com relação a situação que envolve a ponte e as habitações da área expandida, os recursos virão com a venda dos novos CEPACs. Após aprovação, isso é encaminhado para a Câmara de Valores Mobiliários e há o primeiro leilão para a venda desses potenciais. Com isso vem dinheiro para a conta nova. Enquanto isso não acontece, há no caixa 600 milhões. Todas as obras mostradas serão construídas com o caixa de hoje, e vai ser tratado dessa forma. Assim como aquelas habitações, as 630 que estão previstas na lei antiga, são anteriores à discussão do CEPAC.

Estou certo? (Pausa) Ok.

A Câmara Municipal agradece a participação de todos, que muito contribuiu para que tenhamos um projeto que atenda às expectativas da população.

Boa noite. (Palmas)
